

TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 367	Rub. 10

TRIBUNAL DE CONTAS RS
000622-0299/16-0

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO PRESIDENTE  
DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE  
DO SUL**

*Intime-se o advogado  
para juntar o instrumento  
de mandato.*

*Em 16.02.2016.*

**PROCESSO Nº 1763-02.00/14-3**

**PROCESSO DE CONTAS DE GOVERNO 2014**

**EXECUTIVO MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA/RS**

**Pedro Figueiredo  
Conselheiro**

**CESAR TADEU PAIER**, Administrador do  
Executivo Municipal de Barra do Guarita/RS, por seu  
procurador infra-assinado, instrumento de mandato  
em anexo, vem à presença de Vossa Excelência,  
tempestivamente, apresentar os

### **ESCLARECIMENTOS**

aos apontes constantes no Relatório de Auditoria do  
Processo de Contas de Governo do Exercício de 2014,  
conforme prevê o inciso IV do artigo 12 do  
Regimento Interno desse Tribunal de Contas, na  
forma a seguir aduzida.

Preliminarmente, cumpre seja registrado que a chefia do Poder  
Executivo do Município de Barra do Guarita vem sendo executada na estrita  
observância dos princípios constitucionais atinentes à Administração Pública.

As ações governamentais são pautadas pela legalidade, pela  
legitimidade e pela economicidade, bem como em atendimento aos demais  
princípios constitucionais que regem a atuação do Gestor.

As finanças públicas do Município atendem imperiosamente as  
determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange às despesas e às  
receitas e especialmente na aplicação dos percentuais constitucionais.

A gestão fiscal, que representa o cumprimento da Lei  
Complementar 101/00, igualmente atendeu aos preceitos legais, não havendo  
descumprimento de tão importante norma que prevê o equilíbrio das contas  
públicas.

CONHECIMENTO ( ) EM MDS ( ) 10-Fev-2016-17:44-000071-1/2

Tribunal de Contas-RS-Protocolo

Tatiana Tavares Lemos  
Metr. 14368524

Isto demonstra a execução de ações de governo planejadas e transparentes.

Aliados a tais misteres, cumpre sejam observadas as considerações abaixo suscitadas, na forma de composição e harmonização das decisões dessa Colenda Corte de Contas.

A razoabilidade, juntamente com a composição das dificuldades na atuação do Gestor e, ainda, harmonizando tais circunstâncias com as orientações dessa Corte, mas, principalmente, com as normas constitucionais, devem pautar o que ora se mostra à discussão.

### **GESTÃO FISCAL**

#### ***1.3 - Do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP***

No exercício de 2014 a adoção, pelo ente público, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP-2014, não foi possível diante de dificuldades técnicas enfrentadas pela empresa contratada, que presta serviços de informática ao Município.

Tal situação ocorreu, conforme relato em anexo emitido pela empresa, porque o TCE/RS, em 02/12/2013, tornou público o PCASP-2014, a ser utilizado a partir de 01/01/2014, cujo conteúdo provocava alterações consideráveis em contas e regras de contabilização no sistema operacional que vinha sendo utilizado por seus clientes – entre eles o de Sete de Setembro.

Assim, preocupado com a segurança e qualidade dos registros contábeis de seus clientes e diante da possibilidade de não poder executar, de forma tempestiva, as alterações introduzidas no PCASP até o início de 2014, dada a exiguidade do prazo que teria para fazê-lo (30 dias), a empresa procurou a Corte de Contas em 05/12/2013.

Após colocar a situação para os técnicos do TCE, a empresa recebeu a informação de que o Tribunal manteria uma versão do PAD, durante 2014, para aqueles entes que não conseguiriam aderir ao PCASP – 2014 – caso dos clientes da Dueto Tecnologia Ltda. Cabe ressaltar, também, que, no mesmo exercício, o SIAPC permitiu o recebimento de dados de usuários do elenco de contas de 2012 e ainda, daqueles que conseguiram adaptar-se ao PCASP – 2014.

Desse modo, a não utilização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público- PCASP 2014, adotado pelo TCE-RS, na execução orçamentária do exercício de 2014, conforme determina a Portaria STN n.º 634 de 19 de novembro de 2013, registre-se que a Administração Municipal, na época, seguiu uma orientação da empresa que disponibiliza os programas ao Município, considerando que se tratava de um período de transição do Plano de Contas, com uma versão emitida pelo STN e outra ajustada pelo Tribunal de Contas, gerando conflito de interpretação de orientações e procedimentos a serem seguidos.

Nesse sentido, cumpre consignar que no dia 26 de dezembro de 2012, a STN – Secretaria do Tesouro Nacional publicou a portaria nº 753, a qual prorroga o prazo para implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público –DCASP. Tornando-se assim, facultativo durante o exercício de 2013.

Na data de 02 de dezembro de 2013 foi publicado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul –TCE/RS novo Plano de Contas – PCASP, o qual alterava mais de 3 mil contas, à ser utilizado a partir de 01 de janeiro de 2014.

Foi, então, diante da intempestividade que a consultoria técnica da Corte, exposta a preocupação diante do curto período que teria para realizar tamanha alteração de Contas e Regras de Contabilização no sistema PRONIM, alteração considerada complexa e de alta responsabilidade, precisaria de mais tempo para ser realizada com a seriedade que merece, mantendo a qualidade e preservando as informações contábeis realizadas por seus clientes.

Neste dia 05 de dezembro, diante da situação exposta, o TCE –RS decidiu manter uma versão do PAD (Programa Autenticador de Dados) para receber os dados e informações durante o exercício de 2014, das entidades que não aderiram ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP 2014, e sim permaneceram durante este ano de 2014 utilizando o PCASP 2013. O SIAPC (Sistema de Informações de Auditoria e Prestação de Contas) preparou-se para receber a Prestação de Contas (PAD) em três versões distintas, uma para usuários do Elenco de Contas 2012, outra para usuários do PCASP 2013 (situação dos clientes Dueto) e outra para usuários do PCASP 2014.

Frise-se que no presente exercício de 2015, o sistema atendeu ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP 2015 publicado pelo TCE.

Cumpra o afastamento do aponte.

Nesse sentido resta provado que este administrador cumpriu com o que fora determinado por este Tribunal, e, para tanto, deve ser desconsiderado o apontamento constante do relatório de auditoria.

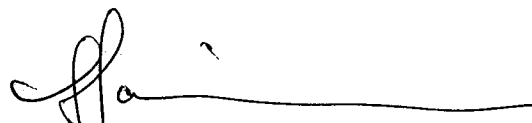
TRIBUNAL DE CONTAS	
Fl. 370	Rub. 10

Diante dos fatos e dada a inatacável honestidade e ilibada conduta do Administrador, espera que, diante das justificativas apresentadas e das provas que traz aos autos, seja dado provimento às suas razões com a emissão de parecer pela aprovação de sua gestão fiscal no exercício de 2014.

Termos em que pede deferimento.

Barra do Guarita, 15 de fevereiro de 2016.

**GLADIMIR CHIELE,**  
OAB/RS 41.290.



**LEANDRO JACOCIUNAS,**  
OAB/RS nº 51.659.